

**TERMO DE CORREIÇÃO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE IGACI-AL**

A CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS INSPECIONA, no uso de suas atribuições previstas no art. 16, I, IV da Lei Complementar nº 15/96 e nos arts. 2º, § 2º, 6º e 7º do Ato nº 001/2017-CGMP/AL, o órgão do Ministério Público abaixo especificado, tendo verificado o seguinte:

I- DADOS EM RELAÇÃO À PROMOTORIA DE JUSTIÇA
Atribuições - Ato normativo: Genérica – Vara Única
Municípios que compõem a área de atuação: Igaci-AL
Promotor de Justiça Titular: Kleber Valadares Coelho Júnior
Promotor de Justiça Substituto e/ou Designado: Substituto Natural – Promotoria de Justiça de Cacimbinhas-AL
Endereço da Unidade: Rua Juca Tenório, 74 – Centro, Igaci-AL - 57620-000
Expediente da Unidade: 07h30 às 13:30 horas
II- DADOS RELACIONADOS AO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Data que o Membro assumiu a Unidade correicionada: 16/04/18
Reside no local de lotação? Não. Resida em Maceió-AL (Rua Dr. Antônio Cansanção), em virtude da acumulação com o GAESF, localizado na capital.
Exerce o magistério? Não.
Responde a procedimento administrativo disciplinar? Não.
Responde cumulativamente por outro órgão? Sim, pelo GAESF.
Nos últimos (6) seis meses se afastou das atividades? Por qual período? Não.
Nos últimos (6) seis meses recebeu colaboração de outro Membro? Por qual período? Não.
Nos últimos (6) seis meses participou de cursos de aperfeiçoamento? Instruções sobre uso de arma de fogo. Ciclo de palestras sobre desaparecidos. Ciclo de palestras sobre a valorização da cultura negra.
Exerce a advocacia? Não.
III- DADOS EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Atendimento ao público: Sim.
Estrutura de Pessoal: 1 estagiária proveniente do concurso de estágio. Obs: está sendo providenciada a formalização de trabalho voluntário junto à ESMP em relação a outra pessoa.
Estrutura física: sala situada no interior do prédio do Fórum.
Sistema de Arquivo: Físico e virtual.
Sistema de Registro: Virtual.
De que modo são geridos os recursos decorrentes de termos de ajustes de conduta, transações penais e outros acordos? Os recursos decorrentes de transações penais e outros instrumentos têm sido destinados à instituição Educandário Jesus Mestre, situada à R. Manoel Silvestre, 153 - Alto da Boa Vista, Igaci - AL, 57620-000 (Telefone: (82) 3423-1225). Tal instituição realiza a prestação de contas junto ao Fórum, o qual anexa os comprovantes nos processos virtuais (SAJ).
Quantidade de processos que tramitam na unidade judiciária? 1205
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 31 (trinta e um), todos no prazo.
Observações: Não há processos com atraso.

IV- DADOS EM RELAÇÃO A ATUAÇÃO DO MEMBRO
Informar quais os principais temas tratados na Promotoria e atuação destacada nos últimos 12 (doze) meses: infância e juventude. É digna de menção a assinatura de TAC pelo Promotor Luiz José Gomes Vasconcelos entre o Ministério Público e o Município de Igaci para acolhimento de menores na instituição Mãe Rainha, situada em Arapiraca-AL.
Atua com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional? Informar, de forma objetiva e resumida, sobre essa atuação: Sim. Há enfoque na proteção da criança e adolescente, bem como no combate à criminalidade. Ademais, vale salientar que tem sido preconizada a proteção do erário público.
Realiza atividades extrajudiciais não procedimentais de relevância social, tais como palestras, participação em reuniões e outras atividades que resultem em medidas de inserção social? Listar essa atuação nos últimos 12 (doze) meses: Sim. Visita ao Educandário Jesus Mestre. Visita ao CRAS. Participação de atividade no centro de convivência do Município.
Coordena e/ou participa de Projetos Sociais adequados às necessidades da respectiva comunidade e eficientes do ponto de vista de proteção e da efetivação de direitos fundamentais? Listar essa coordenação e/ou participação nos últimos 12 (doze) meses: Sim. Participo do "Projeto Escola", cujas envolvidas são o Conselho Tutelar, NASF e assistência social do Município. Visa à realização de palestras junto às escolas municipais, visando à prevenção do uso de drogas, do suicídio e da automutilação.
Acompanha, de forma contínua a tramitação, instrução e fiscalização dos procedimentos judiciais e das suas respectivas execuções, promovendo as medidas necessárias para a efetivação desses procedimentos, com relação ao cumprimento e aplicação das sanções impostas aos condenados, nas ações das quais é autor o Ministério Público? Explicar de forma breve esse acompanhamento: Sim. Acompanhamento virtual via SAI-MP e E-SAJ.
Prioriza a atuação em tutela coletiva, sem prejuízo da atuação individual quando necessária (sem prejuízo dos atendimentos individuais e encaminhamentos necessários)? Exemplificar algum(ns) caso(s) ocorrido(s) nos últimos 12 (doze) meses: Sim. Realização de proposta de TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) para a Câmara Municipal de Igaci referente ao portal transparência.
Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social nos últimos 12 (doze) meses? Explicar, de forma resumida, o(s) caso(s): Acolhimento institucional do menor José Anderson Albuquerque. Internação da dependente química Márcia Félix. Ação de suspensão e destituição do poder familiar em face de Márcia Félix. Acolhimento institucional da menor Maria Cibelle. Pedido de prisão em processo relacionado à Lei Maria da Penha.
Existe interação produtiva entre o Órgão de execução e os Centros de Apoio sobretudo com o alinhamento ao planejamento estratégico institucional, com a finalidade de potencializar a efetividade social da atuação do Ministério Público? Descrever de que forma se opera essa integração: Sim. A proposta de TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) para a Câmara Municipal de Igaci referente ao portal transparência foi realizada em sintonia com o NUDEPAT (Núcleo do Patrimônio Público do Ministério Público de Alagoas).
Participa de sociedade comercial ou organização não-governamental? () Sim. (X) Não. Em caso positivo, indicar a razão social e CNPJ.

V- PROMOTORIA CÍVEL E/OU CRIMINAL			
V.1- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO - PROCESSOS JUDICIAIS- CÍVEIS			
PERÍODO	MARÇO/18	ABRIL/18	MAIO/18
Saldo anterior	47	80	41
Distribuídos no mês	73	43	70

Devolvidos no mês	40	82	98
Saldo do mês atual	80	41	13
Audiências judiciais realizadas	21	26	34
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	00	00	00
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	00	00	00
Glossário: (item 1 – item 2 – item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês).			
Observações:			

V.II- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO - PROCESSOS JUDICIAIS- CRIMINAIS			
PERÍODO	MARÇO/18	ABRIL/18	MAIO/18
Saldo anterior (ações penais):	08	33	21
Distribuídos no mês (ações penais):	32	08	27
Devolvidos no mês (ações penais):	06	20	27
Saldo do mês atual (ações penais):	33	21	18
Saldo anterior (inquéritos policiais):	04	08	12
Distribuídos no mês (inquéritos policiais):	09	06	10
Devolvidos no mês (inquéritos policiais):	05	02	18
Saldo do mês atual (inquéritos policiais):	08	12	04
Arquivamentos (inquéritos policiais):	01	02	00
Denúncias oferecidas:	06	07	10
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos:	00	00	00
Termos Circunstanciados distribuídos:	05	04	07
Audiências judiciais realizadas:	21	26	34
Recursos interpostos:	00	02	00
Sessões do Tribunal do Júri:	00	00	01
Observações:			

V.III- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO - PROCESSOS EXTRAJUDICIAIS			
PERÍODO	MARÇO/18	ABRIL/18	MAIO/18
Notícias de fato distribuídas:	00	00	00
Inquéritos Cíveis Públicos:	00	00	00
Procedimentos Preparatórios:	00	00	00
Procedimentos Administrativos:	01	01	01
TAC firmado:	00	00	00
Execução de TAC proposta:	00	00	00
Ação Civil pública de Improbidade Administrativa proposta:	00	00	00
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa):	00	00	00

Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível:	00	01	02
Arquivamento sem Remessa:	00	00	00
Arquivamento com Remessa:	00	00	00
Audiências Extrajudiciais instrutórias (exceto Audiências Públicas eitivas informais de adolescentes):	00	00	00
Audiências extrajudiciais autocompositivas:	00	00	00
Reuniões (com ata):	00	00	00
Atendimento ao público:	26	31	29
Oitivas informais de adolescentes (no caso de atribuição em ato infracional):	00	00	00
Instauração de PIC:	00	00	00
Arquivamentos de PIC:	00	00	00
Número de interceptações telefônicas iniciadas:	00	00	00
Observações: Apesar do Promotor de Justiça relatar ter realizado 86 (oitenta e seis) atendimentos ao público, no trimestre sob análise, em consulta ao SAJ/MP verificamos apenas 04 (quatro) cadastros, devendo o Representante Ministerial registrar todos os atendimentos ao público no respectivo fluxo do SAJ/MP.			

V.IV- DADOS EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa ACP/ações coletivas (exceto improbidade): 00 Ações para a defesa de direito individual e indisponível: 03
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias: 00 Com vista há mais de 6 meses: 00 Com vista há mais de 12 meses: 00
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias: 00 Com vista há mais de 6 meses: 00 Com vista há mais de 12 meses: 00
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias: 00 Com vista há mais de 6 meses: 00 Com vista há mais de 12 meses: 00
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias: 18 Em tramitação há mais de 30 + 90 dias: (observar a prorrogação): 07
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias: 00 Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação): 00 Em tramitação há mais de 180 dias: 00
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano: 00 Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação): 00
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 1 ano: 01

	Em tramitação há mais de 1 ano: 00
Termos de ajustamento de conduta pendente de cumprimento:	00
Audiências Públicas realizadas nos últimos 3 meses:	00
Recomendações feitas nos últimos 3 meses:	01
Inquéritos policiais:	Com vista há mais de 30 dias: 00
	Com vista há mais de 6 meses: 00
	Com vista há mais de 12 meses: 00
Ações Penais:	Com vista há mais de 30 dias: 00
	Com vista há mais de 6 meses: 00
	Com vista há mais de 12 meses: 00
Processos de Execução Penal:	Com vista há mais de 30 dias: 00
	Com vista há mais de 6 meses: 00
	Com vista há mais de 12 meses: 00
Termos Circunstanciados:	Com vista há mais de 30 dias: 00
	Com vista há mais de 6 meses: 00
	Com vista há mais de 12 meses: 00
Auto de prisão em flagrante:	Com vista há mais de 30 dias: 00
	Com vista há mais de 6 meses: 00
	Com vista há mais de 12 meses: 00
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias: 00
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação): 00
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação): 00
Reuniões em Conselhos de Controle social nos últimos 3 meses:	
Visitas realizadas:	Entidades de acolhimento de crianças e adolescentes: 01
	Fundações: 02
	Estabelecimento de idosos: 00
	Estabelecimentos de deficientes: 00
	Estabelecimentos de saúde: 00
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas: 02
	Delegacias de Polícia: 02
	Estabelecimentos Prisionais: 00
	Unidades de Medicina Legal: 00
	Unidades de Perícia Criminal: 00
	Estabelecimentos prisionais: 00
	Unidades de Internação para adolescentes: 00
	Estabelecimentos prisionais militares: 02

Observações:	Outros estabelecimentos: 01

VI-PROMOTORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE			
VII- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO PROCESSOS JUDICIAIS			
PERÍODO	MARÇO/18	ABRIL/18	MAIO/18
Saldo do mês anterior	04	18	10
Distribuídos no mês	21	10	11
Devolvidos no mês	07	18	19
Saldo do mês atual	18	10	02
Audiências realizadas	00	00	00
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	00	00	00
Glossário: (item 1 + item 2 – item 3 – item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês).			
Observações:			
VIII- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS			
PERÍODO	MARÇO/18	ABRIL/18	MAIO/18
Notícias de fato distribuídas	00	00	05
Inquéritos Cíveis Públicos	00	00	00
Procedimentos Preparatórios	00	00	00
Procedimentos Administrativos	01	01	01
TAC firmado	01	01	01
Execução de TAC proposta	00	00	00
Ação Cível Pública proposta	00	00	00
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível proposta	00	01	02
Arquivamento sem Remessa	00	00	00
Arquivamento com Remessa	00	00	00
Termos de Depoimento	00	00	00
Audiências Extrajudiciais (exceto oitivas informais de adolescentes)	00	00	00
Reuniões (com ata)	00	00	00
Recomendações	01	01	01
Observações:			
VIII-FM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO			
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidades(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	ACP/ações coletivas	00	
	Ações para a defesa do direito individual indisponível	03	

	Ações de destituição do poder familiar e outras	01	
Processos da Infância e Juventude – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	00	
	Com vista há mais de 6 meses:	00	
	Com vista há mais de 12 meses:	00	
Processos da infância e Juventude ajuizados pelo Ministério Público (Área Cível)	Com vista há mais de 30 dias:	00	
	Com vista há mais de 6 meses:	00	
	Com vista há mais de 12 meses:	00	
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	00	
	Em tramitação há mais de 30 dias:	00	
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	00	
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	00	
	Em tramitação há mais de 180 dias:	00	
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	00	
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	00	
Processos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias:	00	
	Em tramitação há mais de 90 dias:	00	
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		00	
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		00	
Audiências concentradas em entidades de acolhimento institucional nos últimos 12 meses:		01	
Comparecimento a Reuniões em Conselhos de Controle Social nos últimos 12 meses:		04	
Visitas realizadas (nos últimos 12 meses)	Delegacia de Polícia:	02	
	Centros de internação provisória, definitiva e semiliberdade:	00	
	Entidades de acolhimento institucional:	01	
	Outras unidades de atendimento:	03	
	Estabelecimentos de saúde e comunidades terapêuticas:	00	
Número de crianças e adolescentes acolhidas em instituições de Medidas Socioeducativas (definitivos e provisórios):		00	
Número de crianças e adolescentes acolhidas em instituições (de acolhimento institucional):		03	
Observações:			
VLIV- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO– ATO INFRACIONAL			
PERÍODO	MARÇO/18	ABRIL/18	MAIO/18
Saldo do mês anterior	00	00	02
Distribuídos no mês	00	02	01
Devolvidos no mês	00	00	00
Saldo do mês atual	00	02	03
Audiências judiciais realizadas	00	00	00

Recursos interpostos	00	00	00			
Termo Circunstanciado ou outro procedimento investigatório distribuído ao MP	00	00	00			
Notícia de fato distribuída	00	00	00			
Arquivamentos	00	00	00			
Remissões	00	01	00			
Representações	00	00	01			
Procedimentos de Apuração de Ato Infracional (Ação Judicial, após representação à autoridade judiciária para aplicação de medida socioeducativa)	00	00	01			
Audiências de Oitivas informais	00	00	00			
Observações:						
VI.V- EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO						
Notícia de ato infracional (NF)	Com vista há mais de 30 dias:	00				
	Com vista há mais de 6 meses:	00				
	Com vista há mais de 12 meses:	00				
Boletim Circunstanciado de Ato Infracional (ou outros autos de investigação)	Com vista há mais de 30 dias:	00				
	Com vista há mais de 6 meses:	00				
	Com vista há mais de 12 meses:	00				
Procedimentos de Apuração de Ato Infracional (Ação Judicial, após representação à autoridade judiciária para aplicação de medida socioeducativa)	Com vista há mais de 30 dias:	00				
	Com vista há mais de 30 dias:	00				
	Com vista há mais de 6 meses:	00				
Execução de Medidas Socioeducativas	Com vista há mais de 30 dias:	00				
	Com vista há mais de 6 meses:	00				
	Com vista há mais de 12 meses:	00				
Se existe critério de recebimento de feitos:	Virtual (sistema SAJ)					
Observações:						
VII-PROMOTORIA ELEITORAL						
VIII. DADOS ESTATÍSTICOS DE PROCESSOS JUDICIAIS- CÍVEL E CRIMINAL						
PERÍODO	MARÇO/18	ABRIL/18	MAIO/18			
Saldo do mês anterior	00	00	00			
Distribuídos no mês	00	00	00			
Devolvidos no mês	00	00	00			
Saldo do mês atual	00	00	00			
Audiências judiciais/Sessões	00	00	00			
Recursos interpostos	00	00	00			
Glossário: (item 1 – item 2 – item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsos no mês).						
Observações:						

VIII. DADOS ESTATÍSTICOS DE PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS			
PERÍODO	MARÇO/18	ABRIL/18	MAIO/18
1. Notícias de fato distribuídas	00	00	00
2. Ações Eleitorais Cíveis propostas	00	00	00
3. Procedimento Preparatório Eleitoral instaurado	00	00	00
4. Outro procedimento Extrajudicial Eleitoral (especificar natureza no campo observações se for o caso)	00	00	00
5. Arquivamento sem remessa	00	00	00
6. Arquivamento com remessa	00	00	00
7. Audiências Extrajudiciais inquisitórias	00	00	00
8. Audiências Extrajudiciais autocompositivas	00	00	00
9. Inquéritos Policiais Eleitorais	00	00	00
10. Arquivamento de Inquérito Policial/TCO eleitoral	00	00	00

VIII- EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO		
Inquérito Policial/TCO eleitoral	Com vista há mais de 30 dias:	00
	Com vista há mais de 90 dias:	00
	Com vista há mais de 12 meses:	00
Ações Penais	Com vista há mais de 30 dias:	00
	Com vista há mais de 90 dias:	00
	Com vista há mais de 12 meses:	00
Mandados de Segurança	No prazo para manifestação (10 dias):	00
	Fora do prazo para manifestação:	00
Processos judiciais cíveis – <i>crustas legis</i>	Com vista há mais de 30 dias:	00
	Com vista há mais de 90 dias:	00
	Com vista há mais de 12 meses:	
Processos cíveis referentes a ações ajuizadas pelo Ministério Público	Com vista há mais de 30 dias:	00
	Com vista há mais de 6 meses:	00
	Com vista há mais de 12 meses:	00
Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	18
	Em tramitação há menos de 30 + 90 dias:(Observar a prorrogação):	03
	Fora do prazo:	03
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	00
	Em tramitação há mais de 90 dias:	00
PPE	Em tramitação há menos de 90 dias:	00
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	00

	Fora do prazo:	00
Ações Eleitorais (cíveis) ajuizadas nos últimos 12 meses:	00	
Denúncias criminais ajuizadas nos últimos 12 meses:	52	
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:	01	
Audiências públicas realizadas nos últimos 12 meses:	00	
Observações: Os feitos indicados no presente item deverão ficar à disposição da Equipe de Correição para análise.		

VIII- SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO
O Promotor de Justiça não fez sugestões, nem observações.

IX- EXPERIÊNCIAS INOVADORAS E ATUAÇÕES DE DESTAQUE
O Promotor de Justiça não informou sobre experiências inovadoras e atuações de destaque.

X- PROCESSOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS EXAMINADOS (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA CORREGEDORIA-GERAL)			
ESPÉCIE	NÚMERO	DATA DO AJUIZAMENTO/DATA DA INSTAURAÇÃO	SITUAÇÃO DETECTADA
Processo Crime de Estelionato	0800043-38.2017.8.02.0013	20/09/2017	Processo aguardando despacho da autoridade judicial
Ação de Investigação de Paternidade cumulada com Alimentos	0000537-72.2013.8.02.0013	05/09/2013	Processo sentenciado, conforme a manifestação ministerial
Ação de Guarda e Sustento com Pedido Liminar	0700175-53.2018.8.02.0013	17/05/2018	Procedimento aguardando a realização de audiência, designada para o dia 03/07/2018
Ação de Investigação Judicial Eleitoral	22.2016.6.02.0022	24/10/2016	Processo com solicitação de diligências, aguardando despacho judicial
Prestação de Contas Eleitoral	3-64.2017.6.02.0043	01/11/2016	Processo aguardando despacho da autoridade judicial
Notícia de Fato	01.2018.00001984-8	12/06/2018	Procedimento aguardando impulso ministerial, em conformidade com os prazos estabelecidos na Resolução CNMP nº174/2017
Notícia de Fato	01.2018.00001982-6	12/06/2018	Procedimento aguardando impulso ministerial, em conformidade com os prazos estabelecidos na Resolução CNMP nº174/2017

Notícia de Fato	01.2017.00002844-3	26/10/2017	Procedimento aguardando impulso ministerial, sem despacho de prorrogação, em desacordo com os prazos estabelecidos na Resolução CNMP nº174/2017.
Notícia de Fato	01.2016.00001708-6	30/09/2016	Procedimento aguardando impulso ministerial, sem despacho de prorrogação, em desacordo com os prazos estabelecidos na Resolução CNMP nº174/2017.
Procedimento Administrativo	09.2018.00000662-7	20/09/2017	Procedimento aguardando impulso há mais de 120 (cento e vinte) dias, sem portaria, em desacordo com o estabelecido na Resolução CNMP nº174/2017.
OBSERVAÇÕES (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA CORREGEDORIA-GERAL): Verificamos que o Representante Ministerial atua, na condição de titular, na Promotoria de Justiça de Igaci-AL, acumulando as funções perante o GAESF (Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes a Ordem Tributária, Econômica e Conexos). Não há servidor, existindo 01 (uma) estagiária concursada e 01 (um) estagiário voluntário, à disposição da Promotoria de Justiça de Igaci-AL. No momento da correição ordinária, o Promotor de Justiça informou não existir processos judiciais e/ou procedimentos extrajudiciais físicos. A Promotoria de Justiça de Igaci-AL exerce as funções eleitorais. A Promotoria de Justiça de Igaci-AL funciona em sala destinada ao Ministério Público, no prédio do fórum. Não há processos judiciais com vista ao Representante Ministerial há mais de 30 (trinta) dias. Apesar do Promotor de Justiça relatar ter realizado 86 (oitenta e seis) atendimentos ao público, no trimestre sob análise, em consulta ao SAJ/MP verificamos apenas 04 (quatro) cadastros, devendo o Representante Ministerial registrar todos os atendimentos ao público no respectivo fluxo do SAJ/MP. Existem Notícias de Fato aguardando impulso ministerial há mais de 120 (cento e vinte) dias, sem despacho de prorrogação e sem conclusão, em desacordo com os prazos estabelecidos na Resolução CNMP nº174/2017. Há 01 (um) Procedimento Administrativo (procedimento nº09.2018.00000662-7) aguardando impulso ministerial há mais de 120 (cento e vinte) dias, sem portaria, em desacordo com o estabelecido na Resolução CNMP nº174/2017. No tocante à avaliação do desempenho funcional, verificando-se, inclusive, a participação, a presteza, a dedicação e a colaboração efetiva nas atividades da Unidade, atribui-se ao Representante Ministerial o conceito Bom (B), nos termos do estabelecido no art.6º, XXII, do Ato nº001/2017 – CGMP/AL.			
ORIENTAÇÕES (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA CORREGEDORIA-GERAL): As Notícias de Fato deverão ser apreciadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento, prorrogável uma vez, fundamentadamente, por até 90 (noventa) dias, conforme estabelecido no art. 3º, caput, da Resolução CNMP nº174/2017. Os Procedimentos Administrativos deverão ser instaurados por portaria sucinta, com delimitação de seu objeto, aplicando-lhe, no que couber, o princípio da publicidade dos atos, previsto no inquérito civil, conforme o estabelecido no art. 9º, da Resolução CNMP nº174/2017.			
PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELO MEMBRO CORREICIONADO (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA CORREGEDORIA-GERAL): Caso haja atendimento ao público, deverá o Representante Ministerial registrá-lo no respectivo fluxo do SAJ/MP. No prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento do presente Termo de Correição, deverá o Promotor de Justiça enviar esforços, no sentido de sanar as irregularidades constatadas nas Notícias de Fato e Procedimento Administrativo nº09.2018.00000662-7, em trâmite na Promotoria de Justiça de Igaci-AL, com prazo extrapolado e em desconformidade com a Resolução CNMP nº174/2017.			
Maceió, 18 de junho de 2018.			
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO		PROMOTOR DE JUSTIÇA - ACESSOR TÉCNICO	
NOME: Kleber Valadares Coelho Júnior		NOME: Humberto Henrique Bulhões B. P. Nunes	